

# ESTUDOS DA LINGUAGEM

***ABORDAGENS CRÍTICAS***

**ARCO**  
EDITORES ● ● ●

***Gabriella Eldereti Machado  
Org.***

# ESTUDOS DA LINGUAGEM

*ABORDAGENS CRÍTICAS*

**ARCO**  
EDITORES ● ● ●

*Gabriella Eldereti Machado  
Org.*

**Editor Chefe**

*Ivanio Folmer*

**Bibliotecária**

*Eliane de Freitas Leite*

**Revisora Técnica**

*Gabriella Eldereti Machado*

**Diagramação**

*Gabriel Eldereti Machado*

**Imagem capa**

*www.canva.com*

**Revisão**

*Organizadores e Autores(as)*

**Conselho Editorial**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - UNIDAVI

Prof. Dr. Astor João Schönnell Júnior - IFFAR

Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - UFRR

Profa. Dra. Andréia Bulaty -UNESPAR

Profa. Dra. Carla da Conceição de Lima - UFVJM

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - UNISC

Profa. Dra. Clarice Caldeira Leite - UFRGS

Profa. Dra. Cecilia Decarli - UFRGS

Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - UNICID

Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - UFCE

Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - UFMA

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio -UFRGS

Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - FASESP

Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - UERN

Profa. Dra. Elen Gomes Pereira - IFBA

Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - UFN

Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE

Prof. Dr. Francisco Ricardo Miranda Pinto - UFCAT

Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - UCB

Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho - UFAL

Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch -UFSM

Profa. Dra Liziany Müller Medeiros - UFSM

Profa. Dra Marcela Mary José - UFRB

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - UFSM

Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - UFMS

Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - UNICENTRO

Prof. Nilton David Vilchez Galarza - UPLA

Prof. Dr. Olavo Barreto de Souza - UEPB

Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - UFABC

Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo - UNILUS

Prof. Dr. Rodrigo Toledo - USCS

Prof. Dr. Rodolfo Rodrigues de Souza - UERJ

Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - UFSM

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - UFOB

Prof. Dr Tomás Raúl Gómez Hernández - UCLV

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Estudos da linguagem [livro eletrônico] :  
abordagens críticas / Gabriella  
Eldereti Machado (org.). -- Santa Maria, RS  
: Arco Editores, 2024.

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5417-323-0

1. Intertextualidade 2. Língua e linguagem  
3. Linguística I. Machado, Gabriella Eldereti.

24-219094

CDD-410

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Linguística 410

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415



10.48209/978-65-5417-323-0

Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte  
e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



# APRESENTAÇÃO

“Estudos da Linguagem: Abordagens Críticas” é uma obra fundamental para quem deseja se aprofundar no complexo e fascinante campo da linguística. Este livro reúne uma série de ensaios e artigos que oferecem uma análise crítica e reflexiva sobre os múltiplos aspectos da linguagem humana. Desde as bases teóricas até as mais recentes discussões acadêmicas, cada capítulo convida o leitor a explorar as nuances e profundidades do estudo das linguagens.

A importância de compreender a linguagem vai além de sua função comunicativa. Através dela, expressamos pensamentos, emoções e construímos nossa identidade. Os autores desta coletânea exploram como a linguagem molda e é moldada por fatores sociais, culturais e históricos, oferecendo uma visão rica e multifacetada. Eles investigam temas como a relação entre linguagem e poder, a construção de identidades linguísticas e a diversidade linguística, revelando como essas dinâmicas influenciam nossas interações cotidianas e a estrutura da sociedade.

Além de explorar a função social da linguagem, o livro também se dedica ao estudo da aquisição e desenvolvimento linguístico. Pesquisas sobre como aprendemos nossa língua materna, como adquirimos segundas línguas e o impacto do bilinguismo são abordadas com profundidade. Esses estudos são cruciais para educadores e linguistas, pois fornecem insights valiosos sobre os processos cognitivos e pedagógicos envolvidos na aprendizagem da linguagem, destacando a importância de metodologias de ensino eficazes e inclusivas.

“Estudos da Linguagem: Abordagens Críticas” é, portanto, uma leitura indispensável para quem deseja entender as complexidades e as belezas da linguagem. Esta coletânea não só enriquece o conhecimento teórico dos leitores, mas também os inspira a refletir criticamente sobre o papel central que a linguagem desempenha em nossas vidas. Ao desvendar as múltiplas camadas da comunicação humana, este livro nos convida a apreciar e questionar a profundidade do que significa ser um ser falante.

# **SUMÁRIO**

## **CAPÍTULO 1**

**Liberdade de Expressão e Mídias Digitais: Desafios da Democracia Brasileira ante a Atividade Discursiva de Neonazistas.....7**

*Marcos Alexandre Fernandes Rodrigues*

**doi: 10.48209/978-65-5417-323-1**

## **CAPÍTULO 2**

**Era Uma Vez... A Língua Como Fato Social.....21**

*André Luiz Souza-Silva*

**doi: 10.48209/978-65-5417-323-2**

## **CAPÍTULO 3**

**O Ensino do Léxico, no Ensino Médio, com Base na Obra “O Analista de Bagé” de Luis Fernando Veríssimo.....36**

*Carolina Soares Pimenta*

**doi: 10.48209/978-65-5417-323-3**

**Sobre a Organizadora.....53**

**Sobre as Autoras e os Autores.....54**

# CAPÍTULO 1

## **LIBERDADE DE EXPRESSÃO E MÍDIAS DIGITAIS: DESAFIOS DA DEMOCRACIA BRASILEIRA ANTE A ATIVIDADE DISCURSIVA DE NEONAZISTAS**

*Marcos Alexandre Fernandes Rodrigues*

**Doi: 10.48209/978-65-5417-323-1**

### **Introdução**

De acordo com os indicadores da Central de Denúncias da *SaferNet*<sup>1</sup>, ao longo de 16 anos, a associação civil recebeu e processou 4.441.595 denúncias anônimas relacionadas a páginas neonazistas. Na sua cartografia do ódio, os números no continente americano são os seguintes: Brasil (22.180 páginas), Peru (76 páginas), Chile (24 páginas), Argentina (485 páginas), Costa Rica (217 páginas), Canadá (6.798 páginas) e, principalmente, EUA (682.276 páginas).

No continente europeu, os dados são: Reino Unido (4.212 páginas), França (3.798 páginas), Portugal (883 páginas), Itália (329 páginas), Espanha (638 páginas), Bélgica (116 páginas), Holanda (48.605 páginas), Alemanha (6.805 páginas), Suíça (817 páginas), República Checa (1.503 páginas), Eslováquia

---

<sup>1</sup> É uma associação civil que objetiva garantir os direitos humanos. Como atuação, recebe denúncias anônimas a respeito de uma pluralidade de temas dentre os quais se situam as manifestações neonazistas. Por conseguinte, publica índices quanto ao número de páginas denunciadas, o que auxilia na compreensão de mazelas sociais.

(162 páginas), Áustria (341 páginas), Hungria (267 páginas), Polônia (263 páginas), Ucrânia (4.349 páginas), Rússia (24.445 páginas) e, sobretudo, Irlanda (100.765 páginas). Em outros continentes, os destaques são a China (371 páginas) na Ásia e a Austrália (2.735 páginas) na Oceania.

Dessa maneira, é imperativo ressaltar a importância da Lei 7.716/89 no enfrentamento às manifestações racistas e à apologia ao nazismo. Essa legislação, que tipifica os crimes decorrentes de discriminação racial, fita proteger a dignidade humana e assegurar uma convivência social mais justa e equitativa. A aplicação dessa lei é essencial para coibir a disseminação de organizações extremistas e fomentar uma cultura de respeito e tolerância no país.

Nesse contexto, o objetivo é analisar o estilo discursivo da organização neonazista Dogolachan<sup>2</sup>, com vistas a examinar construção de seu discurso de ódio. Ao assim agir, é possível refletir a respeito da garantia constitucional da liberdade de expressão, visto que, ao se manifestarem, organizações neonazistas apregoam ao seu público que suas atividades nas ruas e nas redes possuem legalidade e legitimidade, o que, em verdade, não se comprova.

A justificativa respalda-se, socialmente, ao debater os limites da liberdade de expressão no contexto de manifestações de ódio e, teoricamente, ao propor um diálogo entre o Direito Constitucional e os Estudos da Linguagem. Esse diálogo é essencial para compreender como as normas legais podem ser aplicadas de maneira eficaz para proteger a dignidade humana e prevenir abusos verbais (visuais, vocais...) que incitam à violência e à discriminação. Além disso, ao integrar essas áreas, é viável verificar como discursos de ódio são estruturados e disseminados, podendo subsidiar uma base para o desenvolvimento de

---

2 Conforme Rodrigues (202, p. 204), Dogolachan é uma organização neonazista que influenciou massacres em Realengo e em Suzano, com o fito de: “a) recrutar novos membros com o escopo de aumentar sua pressão em relação a quem é considerado inimigo; b) ameaçar, ridicularizar e matar o outro; c) doutrinar seu auditório social com conspirações, ideais racistas e juízos diversos. Essa pode ser a base para que o ‘Dogolachan’ participe de um possível esquema de corrupção, na medida em que, em seu bate-papo, encontrou-se um anúncio pelo qual o certificado de vacinação da Covid-19 seria vendido, de tal modo que os clientes não precisariam mais se vacinar”.

políticas públicas e legislações que equilibrem a liberdade de expressão com a necessidade de preservar a coesão social e os direitos fundamentais.

Ao fundamentar a discussão, a base teórica, de início, articula a proposta de Jacob (2021) com a Constituição Federal de 1988, a Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância, o Marco Civil da Internet e a Convenção Americana de Direitos Humanos. Em seguida, começa-se uma discussão quanto a uma concepção dialógica de linguagem com as obras de Bakhtin (2016), Medviédev (2016) e Volóchinov (2019), com a finalidade de se estudar a forma, o conteúdo e a orientação axiológica na produção de discurso.

Por fim, descrevem-se os subcapítulos porvindouros que constituem esta pesquisa. O primeiro é consignado “Expressão ou opressão? (De)limitações para o direito se exprimir na democracia brasileira”, no qual são apontados, mesmo que brevemente, rudimentos da liberdade de expressão no ordenamento jurídico nacional e internacional. O segundo é intitulado “O estilo discursivo neonazista: forma, conteúdo e orientação axiológica”, em que são sinalizadas reflexões sobre uma concepção dialógica de linguagem. Em síntese, compreende-se que, ao discriminarem grupos socialmente vulneráveis, a atividade (socio)discursiva de neonazistas não há de ser amparada pela garantia constitucional da liberdade de expressão, sob o risco de se abarcarem ilicitudes penais.

## **Expressão ou Opressão? (De)Limitações para o Direito de se Exprimir na Democracia Brasileira**

Jacob (2021) argumenta que a liberdade de expressão é presente no ordenamento jurídico brasileiro, o que se evidencia desde a Constituição Federal de 1937, em seu art. 122, item 15, até a atual Constituição de 1988, no art. 5º, inciso IV. Durante esse período, como ressalva o autor, sucedeu-se uma exceção em 1942 quando direitos fundamentais foram suprimidos pelo Decreto-Lei nº 10.358/42, o qual instituiu, no Governo Vargas, um estado

de guerra em todo o território a partir de uma ditadura. Diferente disso, na sociedade digital hodierna, a liberdade de expressão é contextualizada em um cenário no qual são transcendidas as interações face a face devido a um processo de desterritorialização<sup>3</sup>.

Dessa maneira, na concepção de Jacob (2021), essa garantia constitucional é diferenciada de outras, visto estar relacionada com a estrutura democrática do Estado. Nessa perspectiva, todo o cidadão pode manifestar suas posições políticas na interação, tencionando diferentes enunciados em seu ato ético<sup>4</sup>: “o aborto é um direito das pessoas que gestam” e “o aborto é o assassinato de vidas”. Essa garantia, de certo, é regulada em vista de normas infraconstitucionais, como se atenta Jacob (2021), tais como a calúnia, no art. 138 do Código Penal (CP), difamação, no art. 139 do CP, e injúria, no art. 140 do CP, além das discriminações raciais.

Compreende-se, por esse viés, que não só a liberdade de expressão, mas nenhum direito é absoluto, principalmente pelo conflito de valores, como no caso da liberdade de expressão *versus* a dignidade da pessoa humana. Conforme será refletido no terceiro subcapítulo, o discurso de ódio ou, mais particularmente, o discurso neonazista é constituído por uma forma e conteúdo, incluindo uma orientação axiológica, cuja finalidade é discriminar o outro, o

---

3 Para Schneider e Rockenback (2021), o processo de desterritorialização do espaço na era digital possibilita a disseminação de informações que transcendem o tempo e o local de sua origem. Por meio da *Internet* e das redes de comunicação, uma mensagem pode alcançar públicos diversos e perdurar mesmo após sua produção inicial.

4 Em Bakhtin (2017), é importante assinalar que o fato de, no enunciado, encontrarem-se, no mínimo, duas vozes se deve a relação ética entre os sujeitos na vida-como-evento, visto que um se constitui a partir do outro, entrecruzando seus horizontes axiológicos. Na concepção de Sobral (2008, p. 220), “Suas propostas têm pontos de contato com a filosofia da vida de Henri Bergson (1859-1941) e com a filosofia do processo de Schelling (1775-1854), além de ter vínculos com teorias de Husserl, Merleau-Ponty e Heidegger, entre outras (cf. SOBRAL, 2005a). Além disso, fundam-se fortemente num proveitoso diálogo, sempre tenso, com neokantianos como Hermann Cohen (1842-1918) e principalmente com o próprio Immanuel Kant (1724-1804), de quem Bakhtin retomaria e reformularia radicalmente o conceito de *arquitetônica* (cf. SOBRAL, 2005b, grifo do autor)”.

que se enraíza a partir de traços sociais estigmatizados<sup>5</sup> a começar pela etnia, gênero, origem nacional, crença e outros.

Consoante Jacob (2021), não pode existir liberdade sem responsabilidade, de modo que o sujeito não pode se valer da garantia constitucional em discussão para difamar, caluniar, injuriar e, pior, discriminar outrem. Para o autor, tão logo, a finalidade é, na verdade, proteger a sociedade contra o abuso de poder estatal, e não possibilitar o exercício de transgressões penais.

É nesse ponto que se mostra inegável o diálogo entre Direito Constitucional e Estudos da Linguagem, tendo em vista ser necessário haver critérios para a identificação do discurso de ódio. Nesse sentido, tem razão Jacob (2021) ao enunciar que não se pode conferir esses critérios ao arbítrio do julgador, o que talvez represente, na concepção do autor, um cerceamento da liberdade de expressão.

Com essa discussão, é importante a Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância<sup>6</sup>, promulgada no ordenamento brasileiro na forma do Decreto n.º 10.932, de 10 de janeiro de 2022, porque o acordo internacional dela decorrente caracteriza o discurso de ódio. Em seu art.4, estabelece que os Estados se comprometem a prevenir, eliminar, proibir e punir, conforme suas normas constitucionais e as disposições da Convenção, todos os atos e manifestações de racismo, discriminação racial e formas correlatas de intolerância. Tal é o que se observa a seguir:

- I. Apoio público ou privado a atividades racialmente discriminatórias e racistas ou que promovam a intolerância, incluindo seu financiamento;
- II. Publicação, circulação ou difusão, por qualquer forma e/ou meio de comunicação, inclusive a internet, de qualquer material racista ou racialmente discriminatório [...] (BRASIL, 2022, n.p.)

---

5 Na concepção de Goffman (1981), o estigma é um fenômeno social em relação ao qual a identidade de um sujeito é inferiorizada em função de alguma deformidade corporal, fragilidade de caráter ou estima tribal quanto ao aspecto étnico-racial, nacional ou religioso.

6 O acordo internacional foi firmado na 43ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, na Guatemala, em 5 de junho de 2013.

Nota-se, em seus dispositivos, ser proibido defender, promover ou incitar o ódio, a discriminação e a intolerância, assim como tolerar, justificar ou defender atos que constituam ou tenham constituído genocídio ou crimes contra a humanidade, segundo definidos pelo Direito Internacional. Também se proíbe a violência motivada, bem como atividades delituosas em que os bens da vítima sejam alvos intencionais.

Não se pode aplicar distinções, exclusões, restrições ou preferências a pessoas devido à sua condição de vítima de discriminação múltipla ou agravada, cujo propósito ou resultado seja negar ou prejudicar o reconhecimento, gozo, exercício ou proteção, em condições de igualdade, dos direitos e liberdades fundamentais. Qualquer restrição racialmente discriminatória é de igual maneira vedada em relação ao gozo dos direitos humanos consagrados nos instrumentos internacionais e regionais aplicáveis, especialmente quanto a minorias ou a grupos em situação de vulnerabilidade.

É impermissível qualquer restrição ou limitação do uso de idioma, tradições, costumes e cultura das pessoas em atividades públicas ou privadas. A elaboração e implementação de material, métodos ou ferramentas pedagógicas que reproduzam estereótipos ou preconceitos são igualmente proibidas. Além disso, negar o acesso à educação pública ou privada, bolsas de estudo ou programas de financiamento educacional é inaceitável.

Negar o acesso a qualquer direito econômico, social e cultural é igualmente proibido, assim como qualquer restrição ou limitação do direito de toda pessoa de obter acesso à água, aos recursos naturais, aos ecossistemas, à biodiversidade e aos serviços ecológicos que constituem o patrimônio natural de cada Estado. Do mesmo jeito, restringir o acesso a locais públicos e locais privados franqueados ao público pelos motivos é igualmente proibido.

Entendido isso, sabe-se que desde o surgimento da *Internet* comercial no Brasil, por volta da década de 1990, apenas o art. 5º, inciso IV da Constituição de 1988, regulava especificamente o exercício da liberdade de expressão. A

primeira mudança significativa nesse cenário ocorreu com a promulgação da Lei nº 12.965/2014, o Marco Civil da Internet, que incorporou a liberdade de expressão como um de seus princípios fundamentais.

Suas contribuições são significativas em diversos aspectos. Primeiramente, promove a liberdade de expressão *online*, garantindo que os usuários possam se manifestar sem censura prévia, respeitando os limites legais. Outrossim, fortalece a proteção da privacidade dos indivíduos, estabelecendo diretrizes para a coleta, armazenamento e uso de dados pessoais. Outro ponto crucial é a defesa da neutralidade da rede, assegurando que todos os dados sejam tratados de forma igualitária, sem discriminação de conteúdo, origem ou destino. O Marco Civil também estabelece mecanismos para combater a cibercriminalidade<sup>7</sup> e proteger os usuários de práticas abusivas *online*. Em suma, suas contribuições são fundamentais para promover um ambiente digital mais inclusivo, seguro e democrático.

Ao acrescer ao debate, Jacob (2021) recorda que, nesse contexto, no ano de 2013, foram estabelecidos pela Organização dos Estados Americanos (OEA), pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), uma série de princípios orientadores para o uso da *Internet*, fundamentados no art. 13 da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH).

Ademais desses princípios estabelecidos no art.13 da CADH, foram definidas condições mínimas a serem observadas para garantir o pleno exercício da liberdade de expressão na *Internet*. Por exemplo, em uma declaração conjunta firmada entre a Organização das Nações Unidas (ONU), a Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos (CADPH), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), estabeleceu-se que a neutralidade da rede deve ser assegurada a todos

---

<sup>7</sup> A cibercriminalidade pode ser compreendida como crimes que se sucedem na e pela *Internet*. Para Queiroz (2021, p. 23), “Os cibercrimes são punidos de natureza igual ao que se pune qualquer outro crime, sendo imprescindível que as provas estejam devidamente preservadas”.

os usuários. Isso significa que os dados transmitidos não podem estar sujeitos a bloqueios, filtros ou intervenções de qualquer tipo, nem podem ser direcionados, redirecionados ou restringidos.

Finalmente, compreende-se que a liberdade de expressão é um princípio fundamental no ordenamento jurídico nacional e internacional, respaldado por documentos como a Constituição Federal de 1988, a Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância, o Marco Civil da Internet e a CADH. Esses instrumentos legais garantem o direito dos indivíduos de expressar suas opiniões e ideias sem censura prévia ou interferência indevida por parte do Estado.

No entanto, é crucial destacar que essa liberdade não se confunde com a permissão para a prática de ações delitivas, como o discurso de ódio. Embora o direito à liberdade de expressão seja protegido, sua prática deve ocorrer dentro dos limites legais e éticos, respeitando os direitos e a dignidade de todos os indivíduos. Dessa forma, é necessário promover um ambiente onde a liberdade de expressão seja exercida de forma responsável e consciente, sem fomentar discursos que incitem à discriminação, intolerância ou violência.

## **O Estilo Discursivo Neonazista: Forma, Conteúdo e Orientação Axiológica**

Feita a discussão acerca da liberdade de expressão, é necessário observar que essa garantia constitucional é formada discursivamente. Nessa perspectiva, como anunciado na introdução deste capítulo, apresenta-se, nessa oportunidade, um debate teórico com Bakhtin (2016), Medviédev (2016) e Volóchinov (2019)<sup>8</sup> com a finalidade de estudar o estilo discursivo neonazista. Ao fim, re-

---

<sup>8</sup> Nesta pesquisa, não se emprega a terminologia “Círculo de Bakhtin” ou “Bakhtin e seu Círculo”, uma vez que se assume o entendimento de que foi canonizada no Brasil a partir de uma violação dos direitos de propriedade intelectual de Medviédev e Volóchinov. Ocorre que, devido a uma recepção que tornava Bakhtin o autor dos livros desses dois pensadores, propiciou-se o uso dessa terminologia como se Bakhtin fosse líder de um Círculo, o que, historicamente, é inverossímil, pois, à época da União Soviética, o objetivo nas reuniões havidas por esses pensadores era dialogar com a filosofia, e não institucionalizar um círculo com um líder.

flete-se a respeito de alguns enunciados recordados de interações discursivas produzidas por membros da organização Dogolachan.

Em “Diálogos I: a questão do discurso dialógico”, analisa-se que a compreensão não repete nem dubla a palavra do locutor, e sim cria sua própria resposta. Na palavra do interlocutor, há sempre um elemento de apelo a ela, uma diretriz voltada para a sua reação responsiva. Nessa concepção, o enunciado tem uma função expressiva e esse diálogo é marcado por várias individualidades. Ademais, se o “Discurso é a língua *in actu*” (Bakhtin, 2016, p. 117), qualquer um possui uma peculiaridade gramatical – tanto morfológica quanto sintática.

É fundamental, com isso, refletir a respeito dos campos de emprego da língua, visto que, para Bakhtin (2016), correlacionam-se com a produção de enunciados. Nesse viés, a sociedade é formada por campos de atividade, tais como o literário, político, econômico, jurídico etc., e toda unidade discursiva (enunciado) traduz as particularidades de cada um, o que forma, dentre outros, o gênero discursivo romance, poesia, lei, análise de mercado, petição, acórdão. Todos são formados por questões estilístico-composicionais (forma) e temáticas (conteúdo), expressando com maior ou menor fidedignidade a individualidade do locutor.

Em relação a isso, Medviédev (2016) argumenta que o enunciado se contextualiza em um espaço e tempo reais e possui uma orientação valorativa. Por conseguinte, compreender uma unidade discursiva, como discutido por Bakhtin (2016), é considerar o sentido (irrepetível, porvir, discursivo), o significado (repetível, dado, linguístico), o ato e a realidade histórica. Essa avaliação social orienta todos os aspectos do enunciado, assim como a forma e o conteúdo, materializando-se na entonação expressiva.

“No enunciado, cada elemento da língua tomado como material obedece às exigências da avaliação social” (Medviédev, 2016, p. 185). Ao escolher forma e conteúdo, em uma atualidade histórica, o locutor não escolhe não só o

significado etimológico, mas o sentido valorativo para a construção do enunciado, pois isso o atualiza no tempo e espaço. Além disso, todo enunciado, que é singular, é um ato social. Como dito por Bakhtin (2016), essa unidade discursiva é voltada para a reação do outro e é vinculada ao acontecimento da (inter)ação como fenômeno histórico.

Diante disso, Volóchinov (2019), em três ensaios, trata da construção do estilo discursivo. Em sua concepção, o locutor seleciona a forma (escolha e disposição de palavras, entonação expressiva) e o conteúdo (composição de temas) durante a interação social. É interessante destacar que a entonação expressiva é, na verdade, a tradução da avaliação social de que tratava Medviédev (2016). Nesse viés, Volóchinov (2019) acrescenta que existe uma relação entre o dito e não dito (subentendido), o que é socialmente constituído.

Concernente a isso, é inevitável, nesse panorama, uma “interrelação *sócio-hierárquica*” (Volóchinov, 2019, p. 280, grifo do autor). A depender da posição social do locutor e interlocutor presente ou presumido, organiza-se a feição estilística e semântica do enunciado. Quanto a esse último, é importante sublinhar que pode se materializar verbal, vocal e visualmente.

Ao considerar essas questões teóricas, nota-se que o estilo discursivo neonazista é constituído por uma pluralidade de vozes de uma dada organização. Em se tratando do Dogolachan, visa-se ao recrutamento, ao ataque e ao ganho financeiro, o que pode ser sistematizado da seguinte maneira:

1. Para o recrutamento de novos membros, tem uma atividade discursiva que, por um lado, propõe uma reforma moral da sociedade e, por outro, derrubada das instituições. Com efeito, ao selecionar itens lexicais, como “homem”, “mulher”, “criança”, “menino”, “menina”, impõe comportamentos do que é certo ou errado. Quanto às instituições, ao tratar de temas como “pandemia”, “educação”, “política”, presume um viés conspiratório, ora porque a vacina falsamente mataria, ora porque a educação ilusoriamente doutrinaria, ora porque a política fantasiosa-

mente seria composta por políticos que, em geral, abusariam de crianças. Daí a derrubada de hospitais, escolas, universidades e casas legislativas. Há, no discurso da organização, um tom de pânico moral, o que objetiva suscitar uma carga emocional tanto de medo quanto de indignação. Por esse motivo, um membro afirmou em uma conversa “SE EU TIVESSE UMA FILHA (sic) NEM VACINA ELA TOMARIA”, o que não significa somente uma opinião esdrúxula, mas também um ataque a todo o sistema de saúde, negando o direito à saúde de sua própria filha, o que dispõe o art. 196 da Constituição Federal de 1988 e o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente. Logo, não há como se pensar em liberdade de expressão, visto que a posição expressada afronta dispositivos legais.

2. Quando ataca, faz uso de neologismos, como “merdalher”, “escravoceta”, “Brownzil”. O primeiro, de maneira misógina, reduz às mulheres a excrementos em função de um ódio patriarcal. Inclusive, o locutor preceitua uma data de validade, como se, a partir de certa idade, comesçassem a apodrecer. O segundo, ainda de modo misógino, sugere que homens que não seriam sigmas seriam escravos de mulheres, nesse caso, reduzidas à genitália. O terceiro inferioriza o Brasil devido à multiculturalidade e à multietnicidade brasileiras. Em certa conversa, para além desses neologismos, outro membro referiu “Tlgd (sic) que downs tecnicamente não são seres humanos”, com a intenção de desumanizar e marginalizar um grupo específico de pessoas com características genéticas e físicas, o que incide no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988, no que toca à dignidade da pessoa humana. Esse estilo de produzir discursos é uma tentativa de justificar uma visão discriminatória e promover uma agenda que fita estigmatizar e rebaixar grupos sociais. Ademais, ao negar a humanidade de uma pessoa síndrome de down, viola os direitos humanos a partir de um enunciado que propaga um viés de supremacia racial, o que é perigoso e prejudicial.

3. No que se relaciona ao ganho financeiro, pelo menos na pandemia, o plano era enganar seus membros vendendo certificados de vacinação. Por isso, o locutor empregava “picada” para disfarçar sua intenção, pois a vacina estaria matando crianças. Eis, por isso, o discurso de recrutamento de reforma moral da sociedade e derrubada das instituições. Ao desacreditá-las, fita explorar financeiramente pessoas desinformadas. Desse modo, em uma divulgação de um anúncio de um membro, foi possível ler isto: “Pessoal, estou ‘PICANDO’ as pessoas que precisam da picada constando no sistema”. É vital levar em consideração que o uso da caixa alta nesse enunciado, tal como em outras ocorrências, confere uma ênfase valorativa. Existe, também, uma maneira de acobertar a intenção do locutor ao utilizar itens lexicais que somente indiretamente se relacionam com a vacina. Porém, naquele contexto de interação, compreende-se estar se tratando da vacinação da Covid-19. Em síntese, observa-se um enriquecimento ilícito (art. 884 do Código Civil) e falsificação de documentos públicos (art. 297 do Código Penal) por meio desse anúncio conspiratório e, como é evidente, não pode estar resguardado pela liberdade de expressão.

Enfim, ao refletir sobre o estilo discursivo de neonazistas, especificamente aqueles pertencentes à organização Dogolachan, percebe-se que sua atividade não pode ser englobada pela garantia constitucional de liberdade de expressão. Dessa maneira, sabe-se que o ordenamento jurídico brasileiro é afrontado, comprometendo a integridade e a dignidade de indivíduos.

## **Conclusão**

A discussão sobre a garantia constitucional de liberdade de expressão é essencialmente balizada pela dignidade da pessoa humana, um dos princípios fundamentais de qualquer sociedade democrática. Um exemplo emblemático que ilustra essa tensão entre liberdade de expressão e dignidade humana é o Caso Ellwanger, no qual a liberdade de expressão foi utilizada para disseminar

discursos de ódio e discriminação contra os povos judeus. Diante disso, o Supremo Tribunal Federal brasileiro invocou a Lei 7.716/89, que trata das condutas resultantes de preconceito de raça ou de cor, evidenciando a necessidade de proteger os direitos fundamentais e coibir práticas discriminatórias.

Quando se trata da expressão na *Internet*, esse mesmo entendimento deve ser aplicado. Apesar de organizações neonazistas, como o Dogolachan, argumentarem que possuem o direito à liberdade de expressão, é fundamental compreender que esse direito não pode servir de justificativa para práticas ilícitas. Ao estudar o estilo discursivo dessas organizações, é evidente que a seleção cuidadosa de forma e conteúdo, muitas vezes orientada por valores discriminatórios, fita deliberadamente prejudicar ou marginalizar grupos étnicos, religiosos ou sociais.

Diante desse panorama, surge a necessidade de novas pesquisas que busquem uma interlocução mais profunda entre o Direito Constitucional e os Estudos da Linguagem, especialmente com enfoque em conceitos como o de ato ético. Essas investigações poderiam ajudar a promover uma compreensão mais abrangente e holística das dinâmicas sociais e discursivas, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes na proteção dos direitos humanos e no combate ao discurso de ódio e à intolerância.

## **Referências**

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Tradução de Paulo Bezerra. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Barueri, SP: LTC, 1981.

JACOB, Raphael Rios Chaia. **Liberdade de expressão, internet e telecidadania**: uma visão crítica acerca do exercício da cidadania nos meios digitais. 1. ed. São Paulo: Editora Literando, 2021.

MEDVIÉDEV, Pável. **O método formal nos estudos literários**: introdução crítica a uma poética sociológica. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

QUEIROZ, Gabriel Ferreira. **Cibercriminalidade no Brasil**: aplicação, falibilidade e impunidade. TCC (Bacharelado em Direito) - Goiânia, Escola de Direito e Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2960/1/TCC-%20GABRIEL%20FERREIRA%20QUEIROZ%20%20.pdf>. Acesso em: 27 mai.

RODRIGUES, Marcos Alexandre Fernandes. No submundo do terror e da conspiração no Telegram: a construção estilística do discurso de membros integrantes da organização Dogolachan. **Revista Heterotópica**, v. 5, n. 1, p. 199-229, 2023. DOI: 10.14393/HTP-v5n1-2023-68020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/68020>. Acesso em: 27 maio. 2024.

SAFERNET. **Indicadores da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos**. Disponível em: <https://indicadores.safernet.org.br/>. Acesso em: 25 mai. 2024.

SCHNEIDER, Letícia Michele; ROCKENBACH, Fábio Luis. **A cibercultura**: desterritorialização do espaço na rede. 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Virtual, 2021. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/ij01/leticia-michele-schneider.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2024.

SOBRAL, Adail. O ato “responsável”, ou ato ético, em Bakhtin, e a centralidade do agente. **Signum**: Estud. Ling., Londrina, n. 11, v. 1. p. 219-235, 2008. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/3092/2625>. Acesso em: 27 mai. 2024.

VOLÓCHINOV, Valentin. **A palavra na vida e a palavra na poesia**: ensaios, artigos, resenhas e poemas. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2019.

## CAPÍTULO 2

### **ERA UMA VEZ... A LÍNGUA COMO FATO SOCIAL**

*André Luiz Souza-Silva*

Doi: 10.48209/978-65-5417-323-2

#### **Introdução: isso não é um conto de fadas**

O “Era uma vez” é um clichê comum e utilizado para introduzir narrativas, especialmente para crianças, como no caso dos contos de fadas. Essa expressão tem valor sintático e funciona como item linguístico circunstancial de tempo, isso por se referir a um momento temporal no qual a situação **já aconteceu**. Esse efeito, para os fins pedagógicos das fantasias, possibilitava indeterminar o exato tempo dos acontecimentos, servindo como instrumento de controle do comportamento das crianças que ouviam a essas histórias.

Aqui, meu desejo é questionar o papel do social numa discussão que não é atual, pois a relação entre língua e sociedade sempre foi interessante em outros momentos da história da Linguística, assim, o objetivo deste capítulo é discutir a noção de língua como fato social a partir de autores seculares e abordar aspectos sociais e a “magia” de uma língua, indicando como **sempre foi** a vez dos fatos sociais no que tange a entender o que seja língua.

Este artigo foi produto final da disciplina de *Seminários Avançados em*

*Sociolinguística*<sup>1</sup>, componente ofertado durante o segundo semestre de 2022 pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal da Paraíba, e que tem o objetivo de formar profissionais para o exercício de atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de Linguística a nível de Mestrado e de Doutorado. Desse modo, forma especialistas em uma das áreas de concentração com uma base de conhecimentos linguísticos que qualifica para a atuação profissional. Então, o mestrando é instrumentalizado para a realização da pesquisa científica; e o doutorando aprofunda seu conhecimento acadêmico para a realização de pesquisa independente e original.

Definir língua não é algo tão simples quanto possa parecer e ao fazer isso o mito da “neutralidade” científica (cf. Japiassú, 1975) se desfaz, porque definir, conceituar e dar significado a algo parte não só de uma noção do conteúdo, mas de uma postura teórica, posição epistemológica e compreensão do que seja ciência, o que recairá em fatores não só metodológicos, mas também em questões filosóficas, sociais, culturais e políticas. Diante disso, um exemplo de conceito difundido, e amplamente “aceito”, seria o de que língua se trata de toda e qualquer manifestação verbal – oral, escrita e/ou sinalizada – que se organiza mediante um sistema linguístico.

Contudo, será esse o único conceito possível para esse fenômeno da linguagem humana? Compreendo que não, ainda que não discorde da afirmação exemplificada, com a qual outros pesquisadores possam concordar, pois tenho a consciência de que a ciência linguística apresenta um expoente campo de estudos da linguagem – sejam mais formais ou mais funcionais. Logo, por ser amplo, possibilita, haja vista a complexidade da própria linguagem, horizontalizar ou verticalizar conceituações. Nessa direção, é possível me debruçar no

---

<sup>1</sup> Objetivos do componente curricular a partir do programa disponibilizado pelo professor: a) fornecer uma visão panorâmica do pensamento de teóricos dos séculos XIX e XX que anteciparam a ideia de língua como fato social, nomeadamente William Dwight Whitney, Antoine Meillet e Ferdinand de Saussure; b) problematizar a ideia de língua como fato social; c) refletir sobre as influências sociais na linguagem e pensar seu lugar de objeto de estudo em pesquisas recentes na área de Linguística, Filosofia e Sociologia.

escopo da Sociolinguística, por exemplo, um campo de estudos expoente por força de sua premissa irremediável: língua e sociedade são indissociáveis.

Nessa subárea, tenho enxergado a Sociolinguística mais como um “guarda-chuva” teórico-metodológico, abarcando estudos da Dialetoлогия, da Geolinguística, da Teoria Variacionista, da abordagem Interacional, Teoria da Acomodação, do Estudos das Atitudes e Crenças Linguísticas, etc. E o que esses estudos têm em comum é o interesse de contribuir com suas abordagens teórico-metodológicas para a compreensão dos fenômenos da variação e/ou mudança linguísticas. Esses delineamentos nos indicam como há múltiplas abordagens no campo da ciência da linguagem, logo, é viável e honesto reconhecer a possibilidade de existirem conceituações diferentes sobre a língua como um objeto de investigação científica por serem produto de posturas teórico-metodológicas, uma vez que ainda que nenhuma ciência possa garantir plena e total neutralidade, também não é um vale-tudo, pois ciência tem a ver com sistematicidade, ética e divulgação.

Então essas ideias são desenvolvidas, aqui, a partir da discussão empreendida por Marra da Silva (2012) a respeito da **noção de língua** desenvolvida por William Whitney, Ferdinand de Saussure, Antoine Meillet e William Labov, tendo como fio condutor a ideia de “língua como fato social”, temática que foi eixo de discussões na disciplina de Seminários Avançados mencionada anteriormente. Desse modo, este artigo alinhará as vozes dos autores supracitados na intenção de esquematizar e apresentar, a você leitor, o conteúdo não só da disciplina, mas da minha experiência como discente.

Aqui, minhas proposições têm como função científica, no escopo da Linguística, divulgar a língua como fenômeno multifacetado, isso a partir de sua conceituação; no que tange à relevância acadêmica, tem sua contribuição social por força da própria compreensão do(s) conceito(s) de língua, o(s) qual(is) é(são) compartilhado(s) não só entre os pares, mas também na formação de

outros discentes, uma vez que em nossa maioria atuamos como professores; por fim, enxergo sua valoração pedagógica, pois a compreensão que temos de língua/linguagem é resultado, em sua maior parte, da formação que recebemos desde a Educação Básica, migrando, no melhor dos cenários, de uma compreensão prescritiva/normativa para uma descritiva (estrutural ou funcional) ao cursarmos a graduação de Letras.

## **Língua Versus Fato Social: um castelo de muitas princesas**

A concepção de língua irá emergir da noção de linguagem, isso porque a língua é uma semiose que possibilita a comunicação haja vista nossa imersão no mundo pela linguagem. Nesse sentido, a linguagem pode ser compreendida por um lado como um surgimento de caráter social e por outro como uma faculdade de caráter biológico, mas que não deixa de ser produto fronteiro desses aspectos, por se desenvolver numa origem cognitivo-funcional a partir de uma relação entre aspectos biológicos (da mente) e culturais. Então, seria a língua um grande castelo de muitas torres? Seria possível dizer qual a torre mestra e por consequência a rainha nesse castelo de definições?

De modo geral, concordamos que a linguagem serve a fins de comunicação em diferentes espaços e para diferentes propósitos: linguagem corporal, linguagem da internet, linguagem dos animais, etc. Nesse contexto, temos a linguagem humana<sup>2</sup>, a qual pode fazer uso do corpo (e seus sentidos), por exemplo, mas, especificamente, desenvolve a língua. A compreensão acerca desse fenômeno, bem como sua conceituação, passa por alterações e expansões com

---

2 A língua é um fenômeno exclusivamente humano, pois, ainda que animais (abelhas, baleias, golfinhos, elefantes, etc.) apresentem sistemas comunicativos que tenham características “gramaticais” extraordinárias, seu número de mensagens é finito, diferentemente de nós seres humanos que, apesar de sermos expostos a sistemas linguísticos de unidades finitas, nossas possibilidades de combinação das unidades sonoras e formais são infinitas. Para além disso, seres humanos podem produzir outros signos, a exemplo de uma mímica, placas de trânsito, sistemas que comunicam, mas que são projetados e pensados para finalidades que se limitam a contextos específicos, também sendo comum genericamente termos nomenclaturas como “linguagem humorística”, “linguagem da internet”, “linguagem poética”, pois é possível identificarmos padrões que comunicam, mas que não obedecem a princípios e parâmetros do que consideramos no interior de um sistema linguístico.

o decorrer dos estudos sobre a filosofia da linguagem e o refinamento da ciência linguística. Assim, uma definição de língua não representa a compreensão completa de um autor sobre a língua, se trata apenas de um ponto de partida na intenção de delimitar o objeto de estudo e seguir investigado. Ninguém sabe tudo que a linguagem humana é. Caso soubéssemos, não haveria razão para o fazer da linguística.

Na direção dessas ideias, podemos alinhar, de modo bem generalizado, que língua já fora vista apenas como **expressão do pensamento**, por força das discussões de base filosófica que se concentraram na linguagem de modo interior ao sistema, favorecendo a ideia de que aqueles que não se expressam não são sujeitos de linguagem; também é possível pensarmos na língua como **instrumento de comunicação** humana, resultado da vertente Estruturalista e seus desdobramentos, o que posiciona a língua como uma ferramenta, um código linguístico; por fim, temos a possibilidade de pensar a língua como produto de **caráter interacional**, por ser uma manifestação altamente complexa, alinhando não só um sistema linguístico para fins comunicativos, mas também, sendo produto das práticas sociais mediadas pela linguagem.

Cada posição sobre o que venha a ser língua e/ou linguagem também recairá numa compreensão sobre **sujeito** e sobre **sociedade**, estabelecendo pesos e medidas entre esses itens quando se define o que seja língua, especificamente. E, conforme Marra da Silva (2012), os estudiosos William Dwight Whitney (1827-1894), Ferdinand de Saussure (1857-1913), Antoine Meillet (1866-1936) e William Labov (n. 1927) conceituaram língua com base em aspectos sociais, logo, também tomaram uma posição, o que acarreta em escolhas não só teóricas e metodológicas, mas também, no desenvolvimento de epistemologias antes e depois das postulações desses autores. Assim, ainda que esses linguistas tenham postulado língua na celeuma do “fato social”, não há concordância plena em todos os aspectos que definem o fenômeno em questão. Dito isso, tenhamos a consciência que

É comum aos quatro autores o pensamento de que uma língua nunca é a mesma para todos os indivíduos, pois os falantes a adquirem de forma distinta uns dos outros, em momentos e condições históricas diversas. Embora os autores tenham dado ênfase ao caráter de exterioridade da língua em relação à ação individual, mais uns que outros, nenhum deles negaria o fato de que, embora a língua não esteja completa no indivíduo em nenhum momento, eles a internalizam através do aprendizado (Marra da Silva, 2012, p. 13).

Feitas essas considerações iniciais, irei me ater a apresentar como cada um dos autores supracitados formaliza seu conceito de língua, bem como o papel que atribuem à sociedade nessa conceituação. Então, de início, temos Whitney – linguista, filólogo e lexicógrafo estadunidense conhecido por suas investigações em torno do Sânscrito. Esse teórico insistiu vigorosamente no papel social da linguagem, pois não compreendia a linguagem como algo natural, mas como um produto humano, posição que causara rupturas na história recente da linguística, sendo reconhecido, inclusive, por Saussure. As considerações que esse autor faz sobre a natureza da língua são indicadas por Daniel Marra:

As considerações de Whitney sobre a natureza da língua valorizam o falante, pondo em destaque sua atuação sobre os processos linguísticos. É preciso, no entanto, observar que essa valorização do falante não significa que o autor concebesse o indivíduo como o portador da língua ou que fosse capaz de consciente e intencionalmente criar novas formas linguísticas e de mudar as já existentes. A língua, para o autor, não constituía uma posse individual, mas social (Marra da Silva, 2012, p. 43).

Diante dos apontamentos de Marra da Silva, identificamos o papel de protagonista da linguagem que Whitney atribui aos falantes de uma língua, contudo, não se trata de o falante ser sujeito “de linguagem”, pois indicaria posterioridade do falante ao sistema da língua; tampouco sujeito “para linguagem”, indicando anterioridade da linguagem na consciência dos falantes. Trata-se de um ser na linguagem, imerso em sua psique e seus propósitos sociais na medida em que manipula a língua, o que corrobora a ideia de língua para além da individualidade, sendo produto das sociabilidades.

Conforme Whitney (2010), a língua(gem) não é produção individual, ela é ensinada, não no sentido formal do termo, mas no sentido de ser compartilhada, um saber compartilhado, a exemplo de como as crianças aprendem a falar ao estarem introduzidas em uma comunidade linguística, compreendendo, também, que a aquisição da língua materna ou estrangeira é uma operação infinita. Nesse interim, é que reconheço o papel agentivo que Whitney atribui ao falante, inclusive por reconhecer que “todo falante é um crítico competente” (Whitney, 2010, p. 24).

De acordo com Marra da Silva (2012), Whitney não faz referência à língua como um fato social, na verdade, indica ser uma instituição social e que se assemelha às outras já existentes (Escola, Igreja, Partidos Políticos, etc.), assim, é por essa posição que esse autor não reconhece a língua como pura abstração, “porque uma língua é uma grande instituição concreta, um conjunto de usos que prevalece em lugar e tempo determinados e tudo o que pode fazer é mostrar e descrever esses usos” (Whitney, 2010, p. 152). Contudo, discordo dessa posição haja vista a língua, ainda que seja produto do meio, ser um produto em simbiose com o falante. Logo, não podemos tratar de um sem tratar do outro. Desse modo, a língua é uma abstração na medida em que ela não existe em materialidade genuína, o que existem são seus falantes, reconheço a língua enquanto concreta quando nos voltamos a seus produtos políticos, mas a imanência de seu papel assumo como abstrata. Logo, reconheço os falantes como a morada ontológica das línguas.

A descrição a qual o autor se refere é possível à luz dos mecanismos que desenvolvemos ao longo do tempo na intenção de alcançar uma representação o mais fidedigna possível, assim, esse é o concreto ao qual temos acesso. Inclusive, Whitney (2010) afirma que dicionários, gramáticas e hábitos de linguagem fornecem, objetivamente, registros linguísticos que podem ser organizados a partir de limitações geográficas, por exemplo. E, sim, isso é viável, mas fazer isso não é concretizar a língua, pois sua realização primária – sonora, oral – é uma abstração que ao ser “concretizada”, como o autor advoga, já passou pela

artificialidade de outros sistemas e suportes.<sup>3</sup>

De todo modo, como reconhece Marra da Silva (2012, p. 73), Whitney apresenta a língua numa “[...] definição [que] dá lugar à noção de indivíduo como um agente atuante e responsável pela conservação, inovação e propagação da língua”. Indicar isso é produzir um conceito de língua que constrói um elo entre sistema linguístico e estrutura social, afastando-se da ação individual – ainda que reconheça a inovação como uma ação de indivíduos – ao colocar em ênfase a posse da língua pela sociedade. E, posterior a Whitney, Saussure, ao conceituar a língua como um fato social deu ênfase a seu caráter de exterioridade ao indivíduo, mas não indicou de onde saíra sua inspiração para tal noção, conforme defende Marra da Silva (2012).

Conforme o que se alinha no *Curso de Linguística Geral*, a língua produz a unidade da linguagem (Saussure, 2006). Então, no escopo da ciência linguística, Saussure – linguista e filósofo suíço que propiciou o desenvolvimento da linguística como ciência autônoma a partir de suas contribuições teórico-metodológicas – aponta para o fato de não ser simples definir o objeto da linguística, contudo, em meio às dualidades, o autor defende que a língua é o objeto mais suscetível a uma definição autônoma. Dito isso, língua “é um todo por si e um princípio de classificação [...] [sendo] [...] algo adquirido e convencional” (Saussure, 2006, p. 41). Sobre a relação entre língua e sociedade, Daniel Marra argumenta o seguinte:

Para Saussure, porém, a língua como um fato social possui uma realidade externa ao indivíduo particular, mas interna ao conjunto de indivíduos, à coletividade. Nesse momento, parece emergir uma possível explicação para a aparente ambiguidade na noção de indivíduo presente na discussão que Saussure fez sobre a natureza da língua e da fala [...] (Marra da Silva, 2012, p. 93).

Alinhado ao que indica Marra da Silva, é importante estarmos conscientes que Saussure conceituou a *langue* como fato social sendo exterior

3 Também pelas imposições da cognição da nossa espécie que estabelece representações na nossa interação com o mundo. Assim, não há como humanos “fugirem” do filtro de suas cognições, uma vez que ninguém tem acesso a aspectos do mundo fora do cognitivo.

ao indivíduo e como um sistema que se localiza na psique. Apesar de não trabalhar a noção de “ator social”, Saussure traz à tona a ideia de “indivíduo” e que é apresentado de modo plural, mas não está livre, ainda que tenha alguma consciência, eis que a diferenciação que Saussure faz entre língua e fala se mostra favorável, pois, conforme Marra da Silva (2012, p. 97), “a língua como uma posse da sociedade não permite que o indivíduo governe livremente sobre ela, por outro lado, a fala permite a esse indivíduo toda liberdade”.

Diante disso, discordo da posição de Saussure ao diferenciar língua de fala, inclusive, indicando a procedência de uma linguística para um e para outro fenômeno, mas ressalto que compreendo suas motivações e como elas o levaram a traçar essa dicotomia por força de recortes metodológicos. Diante do exposto, reconheço a fala como um produto da língua, assim, sua variação, por exemplo, é resultado da dinâmica do próprio sistema linguístico, como outrora Labov teorizou. Portanto, estudar a fala é estudar a língua, bem como estudar a língua é considerar que sua manifestação é primordialmente oral. Posto isso, reforço minha concordância com Saussure, pois esse autor, ainda que frente às dualidades da linguagem e seus fenômenos, deixa-nos compreender que “língua como fato social, portanto, não é incompatível com a língua como sistema” (Marra da Silva, 2012, p. 95), ideia, por ele, tão defendida.

Numa ventania sociológica, Meillet faz considerações que pesam mais o social da língua do que outrora fez Saussure, ainda que contemporâneos. Meillet – linguista francês e um dos autores mais proeminentes nos Estudos da Linguagem do século XX, foi influenciado pelas ideias de Michel Bréal, Ferdinand de Saussure e dos membros da revista *L'Année Sociologique* – afirma ser a língua(gem) um fato social em referência ao conceito cunhado por Émile Durkheim (1858-1917). De antemão, é oportuno dizer que Meillet não fez distinção entre fala e língua, tratando desses fenômenos unicamente como linguagem, sendo esta “[...] eminentemente um fato social” (Meillet, 2020, p. 50). Dito isso, Daniel Marra nos contextualiza o modo como Meillet constrói elos entre linguagem e sociedade:

[...] [esse linguista] fala de linguagem como um fato social, cuja realidade é exterior ao indivíduo, e de uma língua que é igualmente definida. O argumento que se desenvolve é o de que mesmo tendo conservado as características próprias dos fatos sociais ao conceituar a linguagem, Meillet não ignorou o fato de que o indivíduo pudesse agir sobre a língua, mesmo que sua ação fosse acompanhada de sanções (Marra da Silva, 2012, p. 98).

Frente a isso, Meillet (2020) também reconhece o papel agentivo do falante, contudo, o autor destaca que inovações individuais dificilmente encontrarão lugar caso provenham de um mero capricho, bem como deve estar em consonância com as regras gerais da língua a ser alterada. Então, concordo que uma mudança linguística deve ser necessária socialmente e servir a propósitos comunicativos e interacionais, logo, há limitação na agentividade do sujeito diante da variação e/ou mudança linguísticas. Além disso, Meillet reforça o papel do social no trato analítico da língua:

[...] continuamos a ignorar quais ações determinam as inovações e as conservações, cujo conjunto constitui a história da linguagem. Nada mais natural: se o meio no qual se desenvolve a linguagem é um meio social, se o objetivo da linguagem é permitir as relações sociais, se a linguagem é apenas mantida e conservada por essas relações, se, enfim, os limites das línguas tendem a coincidir com os grupos sociais, é evidente que as causas das quais dependem os fatos linguísticos devem ser de natureza social, e que apenas a consideração dos fatos sociais permitirá substituir, na linguística, o exame dos fatos brutos pela determinação do processo [...] (Meillet, 2021, p. 33).

Por tal postura, tendo a concordar mais com as postulações de Meillet, inclusive por tensionar com maior esforço os aspectos sociais em volta da língua(gem) e esse autor sopesa que “[...] são as mudanças da estrutura da sociedade as únicas que podem modificar as condições de existência da linguagem” (Meillet, 2020, p. 51). Na direção dessa questão, os falantes poderão, de alguma maneira, conforme Marra da Silva (2012, p. 116), “sob condições históricas, sem intenção premeditada, ser um agente de mudança e de manutenção dos usos linguísticos”. Essa posição nos indica como a língua é um fenômeno do social, que se manifesta em circunstâncias historicamente situadas e a partir

de fatores sociais diversos, reconhecendo o papel agentivo dos falantes no que tange ao uso da língua.

Neste momento, tecerei considerações sobre Labov – linguista estadunidense considerado o fundador da sociolinguística variacionista, especialmente de caráter quantitativo, e considerado um teórico original ao criar grande parte da metodologia sociolinguística. Na compreensão de língua indicada por Labov, ao compararmos com Saussure e Meillet, identificamos que se aproxima do primeiro ao compartilhar do papel exterior desse fenômeno; e do segundo ao não reconhecer a emergência do ator social em sua compreensão sobre língua. Contudo, conforme Marra da Silva (2012, p. 19), “em seu tratamento dos líderes da mudança linguística, o autor deixou emergir a ideia de que os líderes da mudança são agentes de consciência e vontade”.

Além disso, Labov trabalha com a noção de comunidade de fala, assim, “[...] a língua é sempre social e a comunidade de fala é sua legítima portadora. A comunidade de fala representa o único lugar em que a língua existe coerentemente” (Marra da Silva, 2012, p. 143). Essa posição do autor indica a língua como produto das sociabilidades, sua existência realista não está centrada no indivíduo. Desse modo, Labov não compreende língua na dicotomia *langue/parole*, tendo preferência pela noção de língua em uso. É por essa posição que esse teórico defende que o estudo linguístico se dê por meio da fala, pois é “a língua tal como usada na vida diária por membros da ordem social, este veículo de comunicação com que as pessoas discutem com seus cônjuges, brincam com seus amigos e ludibriam seus inimigos” (Labov, 2008, p. 13).

De minha posição, concordo amplamente com Labov, especialmente pelo desenvolvimento de seu recorte teórico-metodológico. Inclusive, por isso estou de acordo com sua postura ao dizer que não vê uma análise linguística que não seja social, contudo, teço críticas em direção à forma como os fatos sociais são discutidos, pois, ao fim e ao cabo, Labov direciona uma análise com fim na estrutura linguística. Apesar dessa discordância, reconheço-o como o precursor

de uma abordagem que dá ânimo aos pesquisadores que se interessam pelo estudo da língua na intersecção com os fatos sociais, atribuindo não só rigor científico, mas também, status político e social para tal empreitada.

Por fim, já que encaminhei as discussões à luz das ideias e argumentações de Marra da Silva (2012), considero importante, também, colocar em debate sua posição sobre a língua ser um fato social, isso a partir de suas análises diante dos autores que venho expondo até aqui. Na direção desse intento, o autor defende “[...] uma noção de língua que existe na mente de cada e de todo ser social. A língua como um fato social só pode ser exterior ao indivíduo pré-social, o corpo biológico, mas não a todos os seres sociais” (Marra da Silva, 2012, p. 19).

Posição com a qual concordo, inclusive, é pela complexidade genuína e natural da linguagem humana que temos tantos desdobramentos do que seja língua e/ou linguagem, bem como diferentes expoentes teóricos e metodológicos para o trato desses fenômenos. Além disso, sua complexidade nos permite aceitar como coerentes tanto as explicações em torno do conceito de língua como objeto da individualidade quanto das sociabilidades; também sendo possível enxergarmos seu aparato mental e cultural, bem como suas características cognitivas e funcionais, isso no aspecto sistêmico (da língua e da sociedade) e aplicável (em movimento dialógico).

No fim, o que irá contar – independente de verdades ou mentiras, erros ou acertos, ainda que pesem na escolha de uma posição – é a compreensão que se tem sobre os fenômenos que cercam a língua. Ou seja, o modo como entendendo cultura, sociedade, o papel do falante, etc., pois cada sujeito, seja estudioso ou não da linguagem, tem sempre algum nível de consciência sobre a língua, a qual é alimentada por práticas exteriores à linguagem: família, escola, mídia, etc. Então, antes de seres sociais que teorizam e instrumentalizam uma ciência linguística, somos seres imersos na linguagem e alinhamos nossas crenças e atitudes frente aos nossos fazeres cotidianos, sejam eles profissionais ou não, mas sempre permeados por atividades de linguagem.

O conceito de língua flerta com diferentes aspectos e para alguns ele pode ser mais sistêmico e encabeçado pelo indivíduo e em outros recai o forte apelo do fato social, estabelecendo o sujeito como agente de interação pela linguagem. Assim, a posição de cada pesquisador frente às mudanças e às variações linguísticas possa ser por focalizarem mais o sistema linguístico e por se ater mais aos fatos linguísticos no momento em que se deparam com resultados da língua em uso; já aqueles que alinham com maior esforço os fatos sociais possa ser que tenham análises mais marcadas por motivações sociais. Logo, os primeiros possa ser que enxerguem mais como a língua organiza a sociedade e que os segundos observem como a sociedade organiza as línguas. Dito isso, reforço a visão de Labov:

Todo linguista reconhece que a língua é um fato social, mas nem todos dão a mesma ênfase a esse fato. Quando os linguistas escrevem sobre mudança linguística, encontramos um grau muito diferente de preocupação com o contexto social em que essas mudanças ocorrem. Alguns ampliam sua visão para incluir uma ampla gama de fatos sobre os falantes e seu comportamento extralinguístico, enquanto outros estreitam sua visão para excluir o máximo possível. Em geral, podemos predizer, com base na definição que o autor dá de língua, o quanto ele estará preocupado com os fatores sociais na mudança linguística [por exemplo]. Além disso, aqueles que focalizam a comunicação da informação cognitiva (Labov, 2008, p. 302).

Por fim, considero pertinente expor meu próprio conceito de língua, a fim de tomar uma posição nestes escritos, bem como com o propósito de tensionar minha própria conceituação: é uma manifestação verbal, seja oral, escrita e/ou sinalizada, que se sistematiza por meio de níveis inter-relacionados (fonêmico, lexical, morfológico, sintático, etc), os quais **só funcionam no seio das práticas sociais**.

A partir da definição que atribuo, a relação sistema *versus* práticas sociais, encaminha para a língua como um multissistema ordenado, mas que só funciona por meio de atividades de linguagem que são possíveis em meio às práticas sociais. Assim outras definições, a minha não é mais certa ou errada, mas mais uma alternativa, e que balanceia o sistema linguístico com as práti-

cas sociais. Contudo, é perceptível que em “só funcionam” aponto para uma preferência pelos aspectos sociais, reconhecendo a língua como materialidade verbal, mas que só se realiza na prática, a qual é social; se social, só pode ser realizada por atores sociais.

No que tange à aceitação/rejeição que possam advir dessa conceituação, o peso que se dá ao aparato social é o que me posiciona como defensor de atitudes linguísticas positivas frente aos diferentes falares e seus falantes, inclusive pela conduta militante que defendo enquanto sociolinguista. Desse modo, reforço que não adianta apenas lançar mão de instrumental teórico-metodológico que analise variações e/ou mudanças linguísticas, é preciso tomar partido, assumir lados e engajar-se em ações sociais que visem à destituição de aparelhamentos que favoreçam a exclusão pela linguagem.

## **Considerações de Felizes para Sempre?**

Ao fim deste texto, compreendo que meu objetivo foi alcançado, sendo possível apresentar como a noção de “fato social” atravessa a conceituação de língua de autores relevantes para os estudos da linguagem e sua relação longínqua com a sociedade. Então, foi possível observar como o objeto língua é multifacetado e sua definição não é unívoca, tratando-se sempre de um objeto que existe à luz de diferentes perspectivas teórico-metodológicas. No sentido dessas considerações, também tracei o modo como as ideias de Whitney, Meillet, Saussure e Labov se encontram e desencontram no ensejo de validar a língua como ciência, cada qual a sua maneira e na esteira de suas convicções.

Além disso, Marra da Silva introduz discussão valorosa em torno do conhecimento linguístico ao considerar a língua como fato social e promover um embate e encontro de epistemologias linguísticas, favorecendo o debate científico e o desenvolvimento intelectual e acadêmico. Por fim, destaco minha compreensão de língua como uma atividade social – epistêmica e prática – que, enquanto língua e sociedade puderem ser postas como face uma da outra, deixará o pesquisador socialmente engajado feliz para sempre (ou não).

## Referências

JAPIASSÚ, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução de M. Bagno, M. M. P. Scherre e C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARRA DA SILVA, Daniel. **Whitney, Saussure, Meillet e Labov: implicações metodológicas e conceituais da noção de língua como um fato social para os estudos linguísticos**. 163 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, 2012.

MEILLET, Antoine. **A evolução das formas gramaticais**. Tradução de M. Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2020.

MEILLET, Antoine. **Como as palavras mudam de sentido**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. Tradução de A. Chelini. J. P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

WHITNEY, William Dwight. **A vida da linguagem**. Tradução de M. A. Cruz. Petrópolis: Vozes, 2010.

## CAPÍTULO 3

# **O ENSINO DO LÉXICO, NO ENSINO MÉDIO, COM BASE NA OBRA “O ANALISTA DE BAGÉ” DE LUIS FERNANDO VERÍSSIMO**

*Carolina Soares Pimenta*

Doi: 10.48209/978-65-5417-323-3

### **Introdução**

A língua é um organismo vivo e dinâmico, e, constantemente, novos termos surgem, refletindo a dinâmica evolutiva da língua e a adaptabilidade dos indivíduos diante das transformações sociais e tecnológicas. No entanto, muitas vezes, os métodos tradicionais de ensino de línguas apresentam uma perspectiva estática, centrada em gramáticas e livros didáticos que abordam sufixos, prefixos, latinos e/ou gregos para explicar os processos de formação de palavras. Essa abordagem pode transmitir a falsa ideia de que a língua é uma entidade imutável e engessada, desconsiderando a riqueza da criatividade linguística presente no cotidiano.

Ao desconsiderarmos a constante criação de palavras pelos falantes, a abordagem convencional acaba por limitar a compreensão dos estudantes sobre a verdadeira natureza da língua. Tomemos como exemplo, o ex-presidente, que, desafiando as normas linguísticas, criou palavras como “imbrochável”,

“incomível” e “imorrível”, demonstrando que a língua é maleável, adaptável e pronta para acolher novidades a qualquer momento.

Contudo, ao tratar do ensino lexical nos programas de ensino básico de Língua Portuguesa, parece que, no decorrer do tempo, esse conteúdo educacional vem perdendo espaço cada vez mais. Ao verificar um dos livros didáticos utilizado por uma escola pública estadual da região dos Inconfidentes em Minas Gerais, foi constatado, numa análise preliminar, que o ensino do léxico parece não figurar como objeto de ensino.

É essencial reconhecer a importância de incorporar essas criações vocabulares nas práticas educacionais. A resistência a explorar tais fenômenos linguísticos podem transmitir a ideia equivocada de que a língua é um conjunto rígido de regras, quando na verdade é um organismo flexível, moldado pela criatividade e pela comunicação contínua.

Objetiva-se aqui, descrever o estudo do léxico através da literatura e analisar como esse ensino pode contribuir para as aulas de Língua Portuguesa do Ensino Médio. A pesquisa, baseada no livro *Como produzir textos acadêmicos e científicos* de Ada Magaly Matias Brasileiro, utiliza o método tipológico de Max Weber para analisar crenças e valores sociais (p. 75). Trata-se de uma pesquisa intervencionista (p. 76), uma vez que se identificou que o livro didático pode não abordar o estudo do léxico. Assim, a pesquisa visa modificar essa realidade, propondo atividades para ampliar a competência lexical dos alunos (Brasileiro, 2022, p. 77). Além disso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, sondagem e observação (p. 77). A proposta é uma pesquisa-ação, pois foram desenvolvidas atividades de estudo lexical, como neologismos e construção de sentidos. A pesquisa qualitativa (p. 83) se ocupa da interpretação dos fenômenos e significados, utilizando dados verbais e visuais. Foram analisadas três crônicas de Luís Fernando Veríssimo em *O analista de Bagé*. Além da seleção de cinco neologismos criados pelo autor, discutindo os tipos de formação de palavras. Os alunos identificarão a tipologia dos neologismos e proporão seus sentidos baseados no contexto narrativo.

Dessa forma, a sala de aula deve ser um espaço que celebra a inventividade do falante, incentivando a criação de palavras e expressões como parte integral do aprendizado da língua. Ao reconhecer a dinâmica intrínseca da linguagem, os educadores contribuem para uma educação mais enriquecedora e alinhada com a realidade linguística em constante evolução. Afinal, a verdadeira maestria na linguagem reside na capacidade de criar, reinventar e moldar a comunicação de maneira única e inovadora.

O presente texto está dividido da seguinte forma: na parte 1 discutimos o referencial teórico, desde o processo de formação de palavras até as regras morfológicas e sintáticas. Já na parte 2, será apresentado a proposta de atividades relacionadas ao neologismo lexical, incluindo as definições e o porquê de utilizar o livro *O analista de Bagé*.

## **Desenvolvimento**

### **Processos de formação de palavras, conforme gramáticas normativas**

A formação de palavras é um dos aspectos mais importantes no estudo da Língua Portuguesa, pois permite compreender como novos termos são criados e incorporados ao nosso vocabulário. Dentro da perspectiva da Gramática Normativa (GN), as contribuições de autores renomados como Rocha Lima (1972/2011) e Evanildo Bechara (1961/2009) destacam-se como referências fundamentais, do ponto de vista normativo, para compreender os princípios que regem esse processo.

Rocha Lima (1972/2011) aborda a formação de palavras sob uma perspectiva estrutural, analisando os processos morfológicos que possibilitam a criação e evolução do léxico. Suas reflexões destacam a importância da derivação e composição, evidenciando como prefixos, sufixos e radicais combinam entre si para conferir novos significados e engrandecer o vocabulário.

Sob outra perspectiva, Evanildo Bechara (1961/2009) oferece uma abordagem sólida sobre a formação de palavras, considerando não apenas os aspectos estruturais, mas também as nuances semânticas e pragmáticas envolvidas. Seus estudos aprofundam-se nas raízes etimológicas, enriquecendo a compreensão do processo de formação lexical.

De acordo com Rocha Lima (1972/2011), a derivação consiste no processo de formação de palavras a partir de uma palavra primitiva, mediante adição de afixos (prefixos, sufixos, infixos). Essas alterações modificam o significado original da palavra, proporcionando-lhes uma ampla gama de possibilidades de expressão. Por exemplo, podendo transformar um substantivo em adjetivo: “beleza” para “belo”; ou um verbo em substantivo: “correr” para “corrida”.

Assim como Bechara (1961/2009), que também destacou a importância dos afixos (prefixos e sufixos) como elementos-chave nesse processo. Os prefixos, quando acrescentados a uma palavra, geralmente alteram seu significado ou conferem novas nuances semânticas. Da mesma forma, os sufixos, quando aplicados, podem indicar mudanças de categoria gramatical, como a transformação de um verbo em substantivo ou a variação de grau em adjetivos. O autor ressalta, ainda, a importância da análise etimológica nesse processo, evidenciando como as palavras derivadas, muitas vezes, preservam elementos de suas origens, revelando a riqueza histórica e cultural da língua.

A composição, por sua vez, segundo Rocha Lima (1972/2011), envolve a união de duas ou mais palavras para formar uma nova com significado próprio. Essa formação de novas palavras é feita a partir da combinação de dois ou mais radicais, que podem ser substantivos, adjetivos, verbos, entre outros. A composição permite criar termos que muitas vezes expressam conceitos mais complexos, reunindo elementos que, isoladamente, têm significados específicos. Exemplos comuns de composição incluem palavras como “guarda-chuva”, “passatempo” ou “planalto”.

Bechara (1961/2009) também define a composição como a união de dois ou mais radicais para formar uma nova palavra. Essa combinação de elementos linguísticos possibilitam a criação de termos que representam conceitos específicos, muitas vezes de forma mais precisa do que seria possível com palavras isoladas. Enfatizando a relevância da combinação de raízes na formação de novas palavras, ele explora a diversidade de possibilidades e como essas uniões criam termos que preenchem lacunas no vocabulário, muitas vezes refletindo a evolução cultural e social da língua. Também abordou a flexibilidade da Língua Portuguesa em aceitar diferentes tipos de composição, desde as aglutinações mais simples até as codificações mais complexas, que permitem a formação de palavras compostas por substantivos, adjetivos, verbos, etc, ampliando significativamente o vocabulário da língua.

Embora Rocha Lima e Evanildo Bechara tenham dedicado parte de suas carreiras à gramática normativa da Língua Portuguesa, é interessante observar como ambos também ofereceram contribuições valiosas para o estudo da formação de palavras. Enquanto a Gramática Tradicional se concentra nas regras que orientam o uso correto da língua, a análise da formação de palavras explora como novas palavras são criadas e incorporadas ao vocabulário. A análise morfológica das palavras, suas raízes e derivações, emerge como um campo curioso que amplia nossa compreensão sobre a riqueza e complexidade da língua.

## **Por que criamos palavras?**

De acordo com Luiz Carlos de Assis Rocha (2008), a formação de novas palavras está ligada a três fatores:

Função de mudança categorial: Segundo o autor, é uma exigência do próprio sistema linguístico. Utiliza-se um sufixo para “facilitar” o uso da língua, não sendo necessário criar um novo termo. Por exemplo: rapidamente = junção da palavra “rápido” + sufixo “mente”.

Função expressiva de avaliação: Para Rocha (2008), esse tipo de função baseia-se na importância do sujeito falante e utiliza elementos morfológicos acrescentados a uma palavra para expressar emoção, ênfase ou intensidade. Como exemplo, temos: *bonitinho* = junção da palavra *bonito* + sufixo “inho”, *grandão*: junção da palavra *grande* + sufixo “ão”, *bonitíssima*: junção da palavra *bonita* + sufixo “íssima”.

Função de rotulação: Está ligada, conforme o autor, à “necessidade de dar nomes às coisas”. Baseia-se na necessidade de nomear tudo que acontece no mundo, desde questões culturais a questões tecnológicas. Por exemplo: *superfaturamento*.

Para além disso, outro termo importante apresentado por Rocha (2008) é a lexicalização que pode ser definido como um processo linguístico por meio do qual uma expressão ou combinação de palavras, inicialmente utilizada de forma mais flexível ou composicional, adquire uma forma mais fixa, tornando-se uma única unidade lexical com um significado específico. Um caso típico que bem ilustra a lexicalização é “dor de cabeça” em estruturas como: “Carro velho dá muita dor de cabeça para o dono”, nesse caso a expressão “dor de cabeça” possui sinônimo de “dar problema”, ou seja, a expressão “dor de cabeça” fica vazia de sentido e assume nova significação. Para além disso, não é possível acrescentar nenhum elemento no seu interior, tais como: “dor maldita de cabeça”, pois isso fará com que o sentido de “dar problema” seja anulado.

Ela pode ocorrer devido ao uso frequente e consolidado de uma determinada expressão pela comunidade linguística, levando a uma percepção coletiva de que ela representa uma única unidade de significado, como o caso acima. Conforme o autor, a lexicalização é um aspecto importante na evolução linguística e, muitas vezes, está associada a mudanças semânticas, pragmáticas e culturais. Durante esse processo, a expressão pode sofrer alterações fonéticas, morfológicas, semânticas ou sintáticas para se adaptar à língua de destino. A criação de novas palavras por meio da lexicalização é uma das formas pelas quais as línguas se desenvolvem e se adaptam às necessidades comunicativas dos falantes.

A seguir vamos discutir as regras que explicam a formação de palavras.

## **Regras morfológicas e regras sintáticas**

A profundidade do conhecimento lexical de um falante, ou mais especificamente sua gramática internalizada, reforça sua capacidade de identificar e compreender as relações existentes entre elas. Quanto mais familiarizado alguém estiver com as palavras e suas nuances, melhor será sua compreensão dessas relações, por exemplo: jogar → jogador. Geralmente essas palavras são formadas a partir de verbos, ou no caso das que terminam em “-eiro” a partir de substantivos, como exemplo: cova → coveiro. Ficando predisposto, segundo Rocha (2008, p.37), da seguinte forma:

V (verbo) → S (substantivo)-dor - ou seja, um Verbo X ao qual for acrescentado o sufixo -dor se transformará (ou mudará de classe) em Substantivo acrescido de -dor => cantar (verbo) + -dor = cantador (substantivo)

S (substantivo) → S (substantivo)-eiro - ou seja, um Substantivo X que receber o prefixo -eiro (não mudará de classe) se manterá como substantivo acrescido de -eiro => fazenda (substantivo) + -eiro = fazendeiro (substantivo)

O autor ainda frisa que esse processo não é uma verdade absoluta, isso porque não são todos os verbos e substantivos que poderão ter uma base para receber os sufixos citados anteriormente. Por exemplo, o verbo sorrir pode ser anexar ao sufixo -dor, mas o resultado (\*sorridor - substantivo) - embora seja o resultado da aplicação da regra proposta, ou seja, V + -dor = S(-dor), não se encontra dicionarizada no Português Brasileiro. Dito isso, a regra morfológica se dá de acordo com a definição dessa base e do produto final. Com relação às regras sintáticas, o autor argumenta que elas são diferentes das regras morfológicas, visto que, como defende Aronoff (1976, p.46): “as regras de formação de palavras são regras do léxico e como tais, operam totalmente dentro do léxico”. Logo, não possuem relação direta com regras sintáticas.

Como consequência, de acordo com Rocha (2008, p.38), temos a probabilidade de ocorrência, defendida por Bauer (1983, p.71), que diz que ao criar uma sentença com o acionamento da regra sintática, ela poderá correr o risco de desaparecer, sendo utilizada apenas em momentos específicos. Como exemplo, temos a palavra “orelhão”. Hoje em dia é raro encontrar este objeto nas cidades, e se ainda encontra, provavelmente, não funciona mais. Ao “perder” essa utilidade, a palavra cai em desuso pela população, tornando-se efêmera.

### **Regras de análise estrutural (RAES) e regras de formação de palavras (RFPS)**

Ao lidarmos com uma conversa informal entre amigos brasileiros que não se veem há um certo tempo, podemos notar que algumas palavras poderão soar familiares aos falantes, como: trabalho, família, correria, etc. Ou seja, estão institucionalizadas no nosso repertório. Por outro lado, também podem aparecer palavras que não são comuns a todos os falantes, definidas como não institucionalizadas, como exemplo, a palavra “surgidor”. Contudo, se esses amigos forem de uma região específica do Brasil, como Minas Gerais, podem surgir termos lexicais simples e/ou complexos não institucionalizadas no léxico de todo falante da Língua Portuguesa, como: garrado, sem brava, de rocha, etc.

Ao falarmos de itens institucionalizados complexos, como esquecimento que tem como palavra base o verbo esquecer, notamos que há uma possibilidade de o falante reconhecer a estrutura dessa palavra, ou seja, para a formação desse item lexical, ele está utilizando uma Regra e Análise Estrutural. Quando se criam itens lexicais novos, como surgidor, o falante está utilizando a Regra de Formação de Palavras, no qual surgidor será: [surgir]v → [ [surgir] v -dor] = [surgidor] s

Rocha (2008, p.42), ainda com base nas definições de Aronoff (1976, p.22), afirma:

As regras regulares a que nos referimos serão denominadas de Regras de Formação de Palavras (RFPs). Uma regra específica, um conjunto de palavras sobre o qual ela pode operar. Esse conjunto, ou qualquer membro

desse conjunto, nós denominaremos base dessa regra. Toda RFP especifica uma única operação fonológica, que opera sobre a base. Toda RFP também especifica o rótulo sintático e a subcategorização da palavra resultante, bem como a sua interpretação semântica, que é uma função da interpretação da base.

Em vista disso, é possível notar que, ao explorarmos essa possibilidade de criação de palavras, os falantes não apenas contribuem para a riqueza do léxico, mas também participam ativamente na criação da própria narrativa linguística, refletindo sobre a vitalidade do idioma que está em constante transformação.

Ao transitarmos do tema geral da formação de palavras para a esfera mais específica dos neologismos, adentramos em um território linguístico mais dinâmico. Enquanto a formação de palavras sugere um ato de inovação lexical, a exploração dos neologismos amplia esse conceito. Consequentemente, a criação vocabular, antes vista como uma prática estática, torna-se agora uma manifestação mais complexa, refletindo as nuances de mudanças sociais, avanços tecnológicos e evolução cultural. Nesse contexto, a criação de neologismos emerge como uma resposta linguística dinâmica e uma ferramenta necessária para expressar a capacidade criativa dos falantes de qualquer língua falada ou escrita.

## **O que é neologismo**

Conforme Alves (1990), neologismo é um método de criação lexical que se refere ao processo de formação de novas palavras numa língua. Segundo a autora, esse processo é dividido em quatro etapas.

a) Neologismos fonológicos: refere-se, segundo ela, à criação de uma unidade lexical que tenha um significante inédito, ou seja, criado do zero, sem nenhuma base conhecida. A autora ainda ressalta que é raro isso acontecer em todas as línguas.

b) Neologismos sintáticos: são formados por elementos que já existem, fazendo apenas modificações nas estruturas gramaticais da língua, principalmente por derivação e por composição. Exemplo: tuitar.

c) Neologismos semânticos: também conhecidos como conceptuais, esses neologismos, segundo Alves, referem-se à criação de novas palavras ou expressões que envolvem uma mudança sem significado original de termos existentes. Exemplo: home office.

d) Neologismos por empréstimo: ocorrem quando uma língua adota palavras de outra língua estrangeira, muitas vezes sem tradução direta, ratifica a autora. Exemplo: feedback.

Esses tipos de neologismos ilustram uma variedade de aspectos do desenvolvimento lexical de uma língua que pode ser modificada, propiciando mudanças fonéticas, semânticas, sintáticas. Eles refletem a influência global nas línguas e a rápida evolução do léxico à medida em que as sociedades se tornam mais interligadas.

Neste capítulo, compreendemos as definições de formação de palavras e de neologismos, explorando como a língua está em constante evolução e como novas palavras surgem para refletir as mudanças sociais, tecnológicas e culturais. Assim, no próximo capítulo, vamos discutir e sugerir atividades didáticas que podem se revelar como uma oportunidade para explorar, em sala de aula, a tradição e inovação, ou seja, termos antigos, já pertencentes à língua, e novos termos que são criados normalmente porque obedecem a uma regra de formação de palavras.

## **Proposta de Atividades sobre Neologismos**

### **Por que sugerir atividades sobre neologismos?**

Sugerir atividades sobre neologismos é fundamental para promover uma compreensão mais ampla e dinâmica da língua, incentivando a criatividade e a adaptação à evolução constante do idioma e ao propor atividades sobre

neologismos, damos aos estudantes a oportunidade de explorar a vitalidade da língua em constante transformação. Essas atividades proporcionam, como já mencionado anteriormente, a capacidade dos alunos em identificar a dinamicidade da língua, desconstruir a ideia que vigora no senso coletivo de que há erro em língua, além de proporcionar-lhes a compreensão sobre como são formadas as palavras na língua portuguesa.

Essas atividades também estimulam o pensamento crítico, uma vez que os alunos são desafiados a considerar o contexto em que os neologismos surgem e a avaliar seu impacto na compreensão do texto, seja ele oral ou escrito, mas no caso desta proposta, do texto escrito. Além disso, ao promover a discussão sobre a aceitação ou rejeição de neologismos, as atividades incentivam a reflexão sobre a norma culta e as variações linguísticas, contribuindo para uma visão mais abrangente da diversidade linguística.

Em suma, sugerir essas atividades não apenas enriquece o repertório vocabular dos estudantes, mas também os capacita a compreender e participar ativamente das transformações dinâmicas da língua, promovendo assim uma educação linguística mais completa e conectada com as demandas contemporâneas atuais.

A sequência de atividades em questão terá como fundamento três crônicas do livro *O Analista de Bagé*: “O analista de Bagé”, “Palavreado”, “Defenestração”. Este conjunto de narrativas escritas por Veríssimo, oferece uma perspectiva peculiar e humorística das situações vividas pelo protagonista. A escolha dessas crônicas específicas visa proporcionar ao leitor uma imersão nas nuances do humor regional, na perspicácia do autor ao abordar aspectos psicológicos e sociais, bem como na singularidade do linguajar e da cultura retratados na obra. Ao desdobrar as análises dessas crônicas, espera-se aprofundar a compreensão dos elementos culturais e psicológicos presentes nas entrelinhas, promovendo uma experiência enriquecedora e reflexiva para os envolvidos.

## **POR QUE UTILIZAR O LIVRO O ANALISTA DE BAGÉ?**

Escrito por Luis Fernando Veríssimo (1981), *O analista de Bagé* proporciona uma visão humorística e perspicaz das relações humanas. O livro é uma coletânea de 34 crônicas que apresenta o personagem principal, um psicanalista gaúcho que é conhecido por seu jeito pouco convencional de oferecer ajuda a seus pacientes, e também por seu sotaque peculiar e por suas expressões idiossincráticas. Marcado por uma escrita irônica e satírica, Verissimo é famoso por seu uso criativo e humorístico da linguagem. Ao “brincar” com as palavras, ele cria expressões e termos originais para transmitir suas observações sobre a sociedade e a condição humana. Ele não apenas explora neologismos, mas também altera e propõe o significado de palavras existentes, fazendo uso de trocadilhos e utilizando sotaques regionais para dar vida a seus personagens. Nisso, ao criar palavras ou adaptar termos de maneira inusitada, o autor contribui para a construção de um universo linguístico próprio em suas obras, proporcionando não apenas diversão, mas também uma reflexão sobre a riqueza e a flexibilidade da Língua Portuguesa. A criação de palavras, nesse contexto, é uma ferramenta literária que acrescenta camadas de significado e originalidade ao seu trabalho, o que colabora com a capacidade de leitura dos alunos. Foram selecionadas três crônicas, “O Analista de Bagé”, “Palavreado” e “Defenestração”, que possuem essa forte característica do “brincar” com as palavras como dito anteriormente. Nelas, o autor cria muitos neologismos, no qual em alguns momentos o autor explica o significado dessas palavras e em outros não. Nesse último caso, cabe ao leitor elaborar o significado a partir do contexto, e é isso que torna essa proposta de atividades interessante.

### **Propostas de atividades**

Antes de discutir o que são neologismos, os alunos já terão debatido, por meio de exercícios, quais os processos de formação de palavras. A seguir, será discutido o que são neologismos e, seguindo o que foi discutido antes, haverá

uma discussão com os alunos dos possíveis motivos de criarmos/inventarmos palavras - a ideia é levá-los a compreender, sem falar de linguistas, quais são, segundo Rocha (2008), os motivos que nos levam a criar palavras.

A seguir, o professor deverá pedir aos alunos que inventem palavras, (importante reforçar que essas palavras inventadas devem ser criadas a partir de outras já existentes). Caberá ao professor anotar no quadro; depois de cinco palavras apresentadas, deve-se pedir aos alunos que digam de qual palavra surgiu aquelas que foram por eles criadas. Por exemplo, imaginemos que surjam palavras do tipo: folheiro, pãozada, imorrível.

Daí pergunta-se: “Folheiro” veio de qual palavra? folha - devem responder; e o que foi acrescentado a “folha?”, o sufixo -eiro (é a resposta); a palavra “folha”, ao se juntar ao -eiro, perdeu alguma letra?

Ou seja, eles vão perceber que nesse processo de anexação de uma palavra base a um sufixo, essa palavra base pode perder ou ganhar elementos. Depois deve-se perguntar o que seria um “folheiro” (o ideal é que eles percebam que determinadas criações só o contexto pode ajudar a compreender o sentido que a palavra nova possui) mas que eles podem sugerir alguns significados, como: “aquele que vende folhas”. Seguindo por exemplo a ideia de jornaleiro, pedreiro, etc. Posteriormente, deve-se perguntar qual foi o processo de formação de palavras que ocorreu nessa formação, ou seja, folha + -eiro (sufixação). O mesmo deve ser feito com as outras palavras inventadas pelos alunos “pãozada” e “imorrível”. Com relação à “pãozada” é preciso explicar que, nesse caso, acrescentou-se a letra -Z porque ficaria estranho “pãoada”. Nisso, a língua cria essa possibilidade de acrescentarmos uma consoante que servirá de ligação. Já no caso de “imorrível”, acrescenta-se o sufixo i- e o sufixo -ível. E novamente, será perguntado à turma qual é o nome do processo que permite a anexação de um prefixo e de um sufixo e assim, sucessivamente com as outras palavras criadas.

Uma vez feito isso, os alunos já estarão aptos a ler as crônicas escolhidas, e depois de o professor discutir com eles sobre o texto, deve-se partir para a análise dos neologismos ali criados pelo autor.

## **Sequência de atividades propostas**

Apresentar uma breve explicação sobre o que são neologismos, destacando que são palavras ou expressões novas criadas a partir da combinação de elementos já existentes na língua. Com base em Alves (1990), iremos focar em dois tipos de neologismos:

1. Neologismos sintáticos: criados a partir de elementos já existentes com apenas algumas modificações estruturais na língua;
2. Neologismos semânticos: criação de novas palavras sem interferir no significado original.

### **• ATIVIDADE 1**

Dividir os alunos em pequenos grupos; solicitar que cada grupo crie uma lista de situações cotidianas ou conceitos para os quais gostariam de inventar neologismos; com base nas listas elaboradas pelos grupos, peça que criem neologismos para os conceitos escolhidos (frizando que as palavras inventadas devem ser criadas a partir de outras já existentes); incentivar a utilização de elementos regionais, gírias ou particularidades culturais da região em que o professor estiver atuando; por fim, cada grupo deve apresentar seus neologismos ao restante da turma, explicando o significado e contexto de cada criação.

### **• ATIVIDADE 2**

Fazer uma introdução ao livro *O Analista de Bagé* e destacar o estilo humorístico e a linguagem peculiar utilizados pelo autor; trabalhar com três crônicas do livro e separar as cinco palavras de cada crônica:

O analista de Bagé: apócrifas, abanque, charlando, parelha, bagual;

Palavreado: fornida, lascívia, fanfarrão, falácia, comichão;

Defenestração: falácia, hermeneuta, traquinagem, plúmbeo, defenestração.

Realizar a leitura coletiva do trecho escolhido e promover uma discussão sobre os neologismos presentes, explorando seu significado e contexto; com o auxílio de um dicionário, pedir que os alunos pesquisem os termos selecionados e, caso encontrem, discutam se tem o mesmo significado proposto por Veríssimo; promover uma discussão sobre a criatividade empregada e como os neologismos refletem a essência do humor característico de “O Analista de Bagé”.

- ATIVIDADE FINAL:

Conduzir uma reflexão sobre a importância da linguagem criativa e inovadora, ressaltando como os neologismos podem enriquecer a comunicação e expressão; encorajar os participantes a explorarem a criatividade em outros contextos, incentivando a construção de um ambiente linguístico dinâmico e divertido.

## **Conclusão**

Desse modo, é importante destacar a capacidade criativa inerente aos falantes que constantemente moldam e dão forma ao idioma. A língua é uma entidade viva, em constante evolução, e seus falantes desempenham um papel crucial nesse processo dinâmico através da criação de novas palavras.

Em um contexto educacional, é de suma importância reconhecer o valor de incorporar essa criatividade linguística no ambiente da sala de aula. No entanto, muitas abordagens educacionais não capturam adequadamente essa dimensão criativa e dinâmica da linguagem. E essa abordagem pode inadvertidamente transmitir aos alunos a impressão de que a linguagem é rígida e inflexível, limitando-se às estruturas preexistentes, quando, na realidade, somos todos constantes criadores de palavras.

A verdadeira natureza da língua se revela na capacidade inata dos falantes de criar novas palavras, expressões e significados. Infelizmente, os mate-

riais didáticos muitas vezes negligenciam a exploração dessas atividades criativas, perdendo a oportunidade de enriquecer a compreensão dos alunos sobre a linguagem.

Portanto, é essencial repensar as práticas pedagógicas, buscando métodos e estratégias de ensino que incentivem a experimentação linguística e a criação de novas palavras em sala de aula. Ao incorporar atividades que explorem a formação de palavras de maneira mais aberta e criativa, os educadores podem proporcionar aos alunos uma compreensão mais autêntica e dinâmica da língua. Isso não apenas enriquece o vocabulário dos estudantes, mas também promove uma visão mais realista e empolgante da linguagem, rompendo com a ideia equivocada de que as palavras são estáticas e imutáveis. Afinal, a criatividade linguística dos falantes merece ser celebrada e cultivada, e os educadores têm papel fundamental nesse processo, tendo a chance de proporcionar um ambiente que estimule essa expressão única.

## Referências

- ALVES, Ieda Maria. **Neologismo: criação lexical**. São Paulo: Ática, [1990].
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [2009]
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: ENSINO MÉDIO. Acesso em: 19/02/2024
- BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Como produzir textos acadêmicos e científicos**. São Paulo. Editora Contexto, 2021.
- LIMA, Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, [2011]
- ROCHA, Luiz Carlos de Assis. **Estruturas morfológicas do português**. São Paulo: WMF Martins Fontes, [2008].

VERÍSSIMO, Luís Fernando. **O Analista de Bagé**. Porto Alegre: L & PM Editores Ltda, [1981].

VILELA, Mário. **Estudos de Lexicologia do Português**. Coimbra. Livraria Almedina, [1994].

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

### **Gabriella Eldereti Machado**

É Licenciada em Química pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar - Campus Alegrete (2015) e Pedagoga pelo Centro Universitário Facvest - Unifacvest (2020). Especialista Educação Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (2016), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (2018). Atualmente é Discente do Programa de Pós - Graduação em Educação - Doutorado em Educação na Universidade Federal de Santa Maria. Participou do Grupo de Estudo e pesquisa Feministas (UFSM); do Grupo de Estudos em Políticas e Gestão Educacional (IFar - Campus Alegrete); do Grupo de Agroecologia Terra Sul (UFSM). Atualmente participa do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial do Pampa (IFar - Campus Alegrete) e atua como pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Imaginário Social - GEPEIS (UFSM). Trabalha na área da Educação, com ênfase na Formação de Professores e Imaginário Social.

# **SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES**

## **André Luiz Souza-Silva**

Professor de Língua Portuguesa da Rede Municipal de Itapororoca e do Instituto Federal da Paraíba. Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba e Integrante do Grupo Pesquisa em Contato Linguístico (GPCL/CNPq) sob coordenação do Prof. Dr. Rubens Marques de Lucena.

E-mail: andreluiz.bans@gmail.com

## **Carolina Soares Pimenta**

Estudante de Letras – Português pela Universidade Federal de Ouro Preto.

E-mail: soarespcarol@gmail.com

## **Marcos Alexandre Fernandes Rodrigues**

Licenciado em Letras e Bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Especializando em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Mestre e Doutorando em Letras, na área de Estudos da Linguagem, pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Financiamento da pesquisa: CAPES.

E-mail: rodmaf2@gmail.com

# ESTUDOS DA LINGUAGEM

***ABORDAGENS CRÍTICAS***

**ARCO**  
EDITORES ● ● ●

[www.arcoeditores.com](http://www.arcoeditores.com)  
[contato@arcoeditores.com](mailto:contato@arcoeditores.com)  
(55)99723-4952